

POLÍTICA

CONSTITUINTE

Na última tentativa, não se chegou a um entendimento sobre os pontos polêmicos. Agora é com o plenário.

Não foram superadas as divergências partidárias sobre os pontos polêmicos do esboço do projeto de Constituição, apresentado ontem aos líderes e vice-líderes dos partidos na Constituinte pelo relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM). Dessa forma, serão decididos apenas em plenário temas como reforma agrária, sistema de governo, duração do mandato do atual presidente da República, estabilidade no emprego, jornada de trabalho, conceito de empresa nacional e papel das Forças Armadas, entre outros.

Mais uma vez o relator Bernardo Cabral recebeu duras críticas ao seu trabalho — como já ocorrerá quando da compatibilização dos textos das comissões constitucionais temáticas —, diante da falta de definição de alguns temas, que ele apresentou aos líderes como sugestões (no caso da reforma agrária, ele apresentou dois textos conflitantes, mas terá de optar por um deles na feitura do seu primeiro substitutivo).

A reunião dos líderes com Bernardo Cabral, convocada pelo presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, e que poderá ser repetida quantas vezes for necessário, não teve caráter decisório nem deverá levar o relator a fazer profundas alterações no que já estabeleceu. Cabral não entregou cópias do esboço aos líderes, limitando-se a uma exposição sobre os pontos polêmicos, a maioria sem uma solução definitiva. Após a exposição, os líderes tiveram dez minutos cada um para rebater os pontos de vista do relator e apontar suas posições sobre cada tema.

Na verdade, a maioria das lideranças não gostou da iniciativa de

Cabral, sem a existência de um texto que pudesse ser acompanhado para avaliações e perguntas. "Fomos obrigados a falar sobre o nada", comentou o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas. "Uma perda de tempo", sentenciou o parlamentarista e líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, dizia-se surpreso com a implantação do parlamentarismo apenas depois do fim do mandato do presidente Sarney. Cardoso reclamou que Cabral "nunca nos fez essa comunicação oficialmente, nem nas reuniões do Banco do Brasil".

Bernardo Cabral vai entregar amanhã, às 17 horas, ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, o seu primeiro substitutivo do que virá a ser, após um novo prazo de apresentação de emendas, o perfil da futura Constituição brasileira.

Esse substitutivo será publicado em avulso amanhã, para que todos os constituintes tenham acesso ao seu texto, e entre terça-feira (25) e segunda-feira (dia 31) será reaberto um prazo para que apenas os



Cabral e Ulysses: agora, ao plenário, constituintes possam apresentar novas emendas.

Depois disso, Bernardo Cabral terá um prazo de oito dias (entre 1º e 7 de setembro) para apresentar um novo substitutivo, que será o definitivo, para ser submetido à Comissão de Sistematização, a partir de 11 de setembro, antes de seguir para a decisão soberana do plenário da Constituinte.

Os pontos polêmicos
Reforma agrária — há duas su-

gestões conflitantes. Uma é de que a imissão de posse seria decidida em 90 dias pela Justiça Federal e o pagamento em dinheiro só seria feito quando a desapropriação incidisse sobre propriedades com comprovada função social. Pela outra, não haveria imissão imediata e o pagamento em dinheiro seria feito sobre as benfeitorias. Ambas não foram aceitas.

Sistema de governo — Cabral negou ter previsto a implantação

do parlamentarismo apenas em 1990, mas sim a partir do fim do governo Sarney, cujo mandato será o que a Constituinte fixar.

Mandato presidencial — os constituintes pelas diretas em 88 querem a redução do mandato para quatro anos, o grupo "Centro Democrático" luta pelos cinco anos e o relator Bernardo Cabral está quase isolado na defesa dos seis anos.

Empresa nacional — ficou acertado que empresa nacional é aquela constituída por pessoa jurídica com sede no País, cujo controle decisório e de capital esteja, em caráter permanente, a cargo de pessoas físicas domiciliadas no País ou de entidades de direito público.

Estabilidade no emprego — essa proposta não foi aceita, mas negociou-se de forma que o trabalhador teria garantia de permanência no emprego, vedada a demissão imotivada ou sem justa causa, nos termos da lei.

Jornada de trabalho — um assunto que deverá ser tratado por lei ordinária. Entendeu-se que a redução da jornada para 40 horas semanais não entrará na nova Car-

ta porque poderia ser injusta para determinadas classes. Há sugestão para que a questão seja negociada livremente entre patrões e empregados.

Aposentadoria — Houve protestos pelo fato de Cabral ter equiparado as aposentadorias do homem e da mulher aos 35 anos de serviço. Foi pedido a ele que reduza o tempo de serviço da mulher para 30 anos.

Papel das Forças Armadas — Cabral assegurou que caberá às Forças Armadas a defesa do País e a garantia dos poderes, da lei e da ordem constitucionais.

Serviço militar — permanece sua obrigatoriedade para os homens.

Conselho de Comunicação — os três poderes seriam os responsáveis pela concessão de canais de rádio e tevê e o conselho seria formado pelo Legislativo para examinar as concessões.

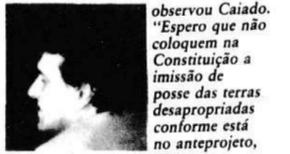
Seguridade social — fica suprimido o dispositivo que implicaria na extinção do Sesi, Senai, Sesc e Senac; será criado o orçamento de seguridade social; e o poder público poderá intervir nos serviços privados de saúde, bem como desaproprí-los.

Poder Judiciário — o esboço garante a permanência do Supremo Tribunal Federal, com a função de corte constitucional. Ao Superior Tribunal de Justiça (a ser criado com a extinção do Tribunal Federal de Recursos) caberá examinar recursos em questões federais.

Alistamento eleitoral — permanecerá a obrigatoriedade do voto e o eleitor poderá se alistar a partir do ano em que completar 18 anos. A sugestão de redução da idade para 16 anos não foi aceita.

Fim das conversas de Caiado. A UDR está satisfeita.

Ao encerrar ontem as conversações que manteve com as lideranças partidárias para tratar dos termos em que a reforma agrária será abordada na futura Carta, o presidente da UDR, Ronaldo Caiado (foto), parecia satisfeito. "Percebi a sensibilidade de todos eles", disse, ao encerrar seu encontro com o líder do PMDB, senador Fernando Henrique Cardoso. "O Congresso é formado por homens responsáveis",



observou Caiado. "Espero que não coloquem na Constituição a imissão de posse das terras desapropriadas conforme está no anteprojeto, pois isso levaria a convulsão ao campo." Na opinião de Caiado, o substitutivo é incoerente: "Num capítulo,

garante a propriedade privada, avaliada sua função social; em outro, estabelece a imissão de posse". Caiado criticou ainda o projeto da reforma agrária como tem sido feito pelo Incra, "com motivações ideológicas". E mostrou fotos da fazenda Bacará, no Rio Grande do Sul, que foi desapropriada apesar de considerada como modelo de produção agrícola. E

lembrou o caso da fazenda Anoni, que não resolveu até hoje o problema de seus novos exploradores. "O governo não tem competência para fazer a reforma agrária", diagnosticou o presidente da UDR. "O maior latifundiário do Brasil é o Estado, que tem um grande número de hectares de terras que deveriam ser desapropriadas. Há 1,5 milhão de posseiros em 120 milhões de hectares de terras não regularizadas."

PARLAMENTARISMO

"É o mesmo que eleição indireta" (Sarney falando)

"O povo ainda não tomou consciência de que o parlamentarismo significa a escolha do dirigente maior do País através de eleições indiretas. E esta gente toda que está aí se movimentando ansiosa pelas diretas vai se sentir traída. Não vai aceitar a ideia de parlamentarismo de jeito nenhum." Estas afirmações foram feitas pelo presidente José Sarney, em entrevista exclusiva concedida ao JT e O Estado quando, pela primeira vez, definiu, com riqueza de detalhes, todo o seu pensamento sobre o assunto, assumindo uma posição clara e firme em defesa do sistema presidencialista, tanto para agora como para depois de 1990.

O parlamentarismo, para o presidente Sarney, é absolutamente inadequado ao Brasil de hoje, e nem é possuidor de todas estas virtudes que se apregoa por aí sobre ele. "Nós já tivemos parlamentarismo no Brasil, e não deu certo" — afirma.

Segundo o presidente Sarney, o sistema parlamentarista é algo para ser discutido pela sociedade brasileira, a longo prazo, pois este sistema é, na realidade, um corpo estranho na vida do País.

Se instituído, este sistema de governo poderá não só não resolver os graves problemas de distribuição regional de renda, como até agravá-los, pois, uma vez parlamentarista, o Brasil passaria a ser conduzido, fundamentalmente, pela força das bancadas dos estados mais desenvolvidos e mais influentes, principalmente São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.



"Do que nós precisamos mesmo — prossegue Sarney — é de um presidencialismo moderno, que responda às nossas necessidades. Temos de mudar esse nosso presidencialismo arcaico, imperial. Mas isso somente não basta. E preciso ainda que este presidencialismo ágil e moderno funcione ao lado de um Legislativo forte. E deste modo que nós resolveremos mais rapidamente os nossos problemas e construiremos mais rapidamente uma sociedade democrática e justa".

Para Sarney não se pode culpar o presidencialismo pelas interrupções da vida democrática brasileira. Tais interrupções, no seu entendimento, decorrem muito mais das questões econômicas — que geram graves tensões sociais — que do sistema de governo em si. E diz reforçar esta conclusão ao analisar a história recente da América Latina. Segundo o presidente Sarney, quer atribuir ao presidencialismo toda uma sorte de males histó-

ricos vividos pelo Brasil é incorrer numa análise simplista e distorcida.

Se há alguma culpa no nosso presidencialismo — ressalta Sarney — é a de não se ter modernizado, de não ter acompanhado as exigências da sociedade brasileira ao longo do tempo.

Seria um erro muito grave, segundo o entendimento do presidente, lutarmos, neste importante momento da vida nacional, contra as tradições políticas e a vocação natural do País. "E a vocação natural e a tradição política do Brasil são pelo presidencialismo. Todavia, para obtermos a eficiência requerida do Executivo pela sociedade, temos que mudar o nosso presidencialismo e fazer com que ele divida seus poderes e responsabilidade com o Congresso".

O congresso deve ter plenas condições de atuar nos grandes temas, nas grandes decisões nacionais nas áreas política, social e,

principalmente, na área econômica.

Os adeptos do parlamentarismo costumam citar um rol de países onde esse sistema dá certo. Entretanto — assinala o presidente — onde o parlamentarismo dá mais certo é, sem dúvida, nos países cuja tradição e histórica se encontram ligadas a este sistema de governo. Além do mais — prossegue — são todos países de dimensões territoriais pequenas, ou seja, em nada semelhantes a este verdadeiro continente que é o Brasil, e que apresenta tantas distorções e disparidades.

"O que é preciso entender — argumenta o presidente Sarney — é que nós temos a nossa história e tradição próprias, e devemos seguir o nosso próprio curso, sem nos violentar. O povo, cada cidadão brasileiro, quer ir à urna e depositar o seu voto, indicando quem deve ser o responsável maior do Executivo. Assim reza a tradição do Brasil. O parlamentarismo é um sistema legítimo e bom para muitas nações. Mas duvido que o povo brasileiro queira ver esta responsabilidade de escolha do dirigente da nação diluída num amplo colégio, concentrada sobre uma figura escolhida por via indireta. Se insistirem nisto, o povo vai sofrer uma grande decepção".

E convém ainda lembrar — assinala — que nós não temos no Brasil as condições essenciais para se instalar um cenário parlamentarista. "Não temos, por exemplo, partidos bem organizados a nível nacional; não temos o funcionamento de um sistema distrital; e nem temos uma administração pública organizada de modo a que os cargos sejam distribuídos de acordo com a competência profissional. Sem estas condições — e há muitas outras — fica muito difícil viabilizar o parlamentarismo no País".

O presidencialismo é bem mais adequado ao caso brasileiro, acentua Sarney — "sobre isso não tenho nenhuma dúvida". Com o presidencialismo, entende o presidente, pode-se avançar muito mais em políticas que promovam a redução das desigualdades regionais de renda. É mais fácil este tipo de correção no presidencialismo. O presidente examina a questão e determina as medidas. No parlamentarismo, as regiões mais pobres, num país como o Brasil, seriam minoria no Congresso e dificilmente conseguiriam aprovar medidas que as ajudassem a se aproximar do estágio de desenvolvimento dos Estados mais ricos.

"Optar pelo parlamentarismo seria cometer um grave equívoco. Estou convencido disso — diz o presidente. Temos enormes problemas para resolver, principalmente problemas sociais, e que exigem soluções rápidas. Para um país com as dimensões territoriais do Brasil e com suas características político-administrativas, estas soluções surgem mais rapidamente no presidencialismo — seguramente, o melhor sistema para uma grande federação".

Helival Rios

Se houver muita pressão, o presidente revidará com eleições gerais.
Carlos Chagas

Eleições gerais no ano que vem para todos os mandatos eletivos — de presidente da República a governador de Estado, de prefeito a vereador, deputado estadual, deputado federal e senador? Essa é a proposta, melhor será dizer, o revidado, que o presidente José Sarney poderá brandir daqui até novembro sobre os ombros da Assembléia Nacional Constituinte, se a maioria de seus integrantes insistir na adoção do parlamentarismo e na redução de seu mandato para quatro anos.

A ideia foi levada ontem ao chefe do governo em tom informal, mas estratégico do que doutrinário, por pelo menos dois de seus ministros mais chegados. Desembarcando do México nas primeiras horas da madrugada, ainda na Base Aérea de Brasília, ele foi posto a par das últimas movimentações na Assembléia Nacional Constituinte. Ficou sabendo da sugestão a constar do projeto do deputado Bernardo Cabral, de o parlamentarismo só valer para depois de terminado o seu mandato. Esse é o meio que os parlamentaristas moderados encontraram para ver se levam o presidente a parar de defender o presidencialismo. Soube, também, da chantagem que grupos parlamentaristas xixtas estão engendrando, de encurtar-lhe o mandato em quatro anos, caso consiga convencer a maioria constituinte a manter o atual sistema de governo. Também foi informado de que esses radicais repudiam a sugestão de Bernardo Cabral e pretendem mesmo retirar parte dos seus poderes imediatamente depois de promulgada a nova Constituição, com o parlamentarismo açodado.

A tudo Sarney ouviu, no desembarque, e, depois, pela manhã, no Palácio da Alvorada, quando recebeu auxiliares próximos. Pouco comentou, preferiu meditar durante o final da semana, mas, em princípio, não tem por que mudar de comportamento. Continua infenso à adoção do parlamentarismo ou do sistema misto de governo, não por motivos pessoais, ligados à perda de poderes, mas por razões políticas e doutrinárias. Entende melhor para o País, na atual conjuntura, a manutenção do presidencialismo, para o seu mandato e os seguintes. O sistema misto ou o parlamentarismo gerará crise de consequências imprevisíveis. No que depender dele, permanecerá exprimindo essa opinião e até transmitindo-a aos deputados e senadores que o procuraram.

Na análise das recentes movimentações ocorridas na Assembléia Nacional Constituinte, em oportunidades separadas, dois ministros de Estado sugeriram ao presidente: caso sinta que vai prevalecer a corrente dos renanhistas, isto é, daqueles que pretendem atingi-lo com a adoção do parlamentarismo ou a redução de seu período de governo, restar-lhe-á remédio tão drástico quanto heróico. E eficaz, expresso na defesa pública da realização de eleições gerais, em todos os níveis, para logo

depois de promulgada a nova Carta.

De sabor essencialmente popular, a sugestão exprimiria efetivamente o fim da transição e o início de uma nova etapa institucional. A opinião pública logo a adotaria, e, entre a massa parlamentar, ficaria difícil alguém sair para contestá-la. Quem se insurgisse contra a renovação total dos mandatos seria, desde logo, exposto como trabalhando em causa própria, fisiologicamente atrelado a interesses pessoais. Poucos deputados ousariam pronunciar-se contra, ainda que a quase totalidade, hoje, exerce a possibilidade de perder três anos de um mandato duramente conquistado nas urnas de novembro. Quanto aos senadores, nem se fala. Um terço deles perderia três anos, mas dois terços perderiam sete anos, eleitos que foram para um mandato de oito.

Não é nova a ideia de eleições gerais. A deputada Sandra Cavalcanti, do PL, lançou-a faz seis meses, com o apoio de Guilherme Afif Domingos. Os principais líderes e dirigentes dos partidos de esquerda a apóiam, como Luis Inácio Lula da Silva e Leonel Brizola, o mesmo acontecendo com o presidente da UDR, Ronaldo Caiado. Se a massa parlamentar fuge da hipótese como o diabo da cruz, já que mal-saída de uma eleição onde milhões e bilhões foram gastos, poucos admitiriam contestá-la e queimar-se em definitivo, para o futuro. Basta lançar a indagação nos corredores do Congresso. De Delfim Neto a José Genofone, de Egidio Ferreira Lima a Mário Covas, não há quem admita pronunciar-se contra.

Na raiz dessa proposição, inclusive, pode situar-se o argumento maior de Sarney para ver mantido seu atual mandato, do qual, unilateralmente, dispõe-se a abrir mão de um ano. Foi eleito para ficar seis anos, anúncio que ficará cinco, mas seu mandato é tão legítimo quanto os demais. E se querem reduzir apenas o seu, então que se promova um ato de contrição geral, em nome de um princípio maior mas igual para todos. Aliás, pela ortodoxia do direito, é assim que devem agir as Assembléias Nacionais Constituintes de verdade: remir-se para elaborar uma nova Constituição, promulgá-la, e, depois, considerar encerrada sua tarefa e devolver ao povo a prerrogativa de preencher as novas estruturas edificadas.

O presidente Sarney não deu uma palavra a respeito da ideia, mas ela está em seu caderno de notas. Talvez até em seu travesseiro. Caso a batalha constituinte enverede pelos sinuosos caminhos do renanhistismo e do oportunismo, com uma parte dos parlamentares procurando atingi-lo de modo pessoal, então poderá propor a eles, e aos demais ocupantes de mandatos eletivos, aquilo que seria a solução final. Eleições em todos os níveis.

SOCIEDADE DE CULTURA ARTÍSTICA 75 ANOS

CLARA SVERNER

RECITAL DE PIANO
3ª FEIRA - 1º DE SETEMBRO - 21 H
TEATRO CULTURA ARTÍSTICA
SALA RUBENS SVERNER - R. NESTOR PESTANA, 196 - TEL. 258-3616
INGRESSOS: Cz\$ 300,00 — ESTUDANTES Cz\$ 150,00



PADRE SOLER — SONATA EM SOL
SCHUBERT — SONATA OP. 143
VILLA LOBOS — A PROLE DO BEBÊ
RAVEL — SONATINA
LISZT — VALSA MEFISTO

AM 700 kHz

† JOSÉ CÂNDIDO DE FREITAS
Na passagem do seu 1º aniversário de falecimento a lembrança permanente de sua esposa e filhos. 22/08/87